

C.G.T.P. - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
N.º
11

INTERSINDICAL
UNIDADE NA ACCÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES

atualidade

MAIS uma batalha foi ganha. O nosso C.C.T. do ramo retalhista é mais uma grande vitória de toda a classe trabalhadora. Essa vitória reflectir-se-á, daqui para a frente, nas lutas que continuaremos a travar contra o patronato, contra os monopólios, contra a reacção, declaramos em uníssono as centenas de trabalhadores que, ao fim da tarde de quarta-feira, se manifestaram junto do Ministério do Trabalho, em sinal de júbilo pela vitória alcançada pelos trabalhadores do comércio do ramo retalhista do distrito de Lisboa.



GANHEMOS UNIDOS GANHAREMOS BATALHA

Para essa vitória foram muito importantes, mesmo decisivos, a unidade demonstrada pelos trabalhadores na luta, a sua determinação e a sua justa compreensão do presente momento político e das formas de luta a empregar para fazer vergar os patrões.

«Vitória que só por si é demonstrativa da mudança radical da situação política do nosso país», afirmava-se, ainda, na declaração aprovada por aclamação pelas centenas de trabalhadores que se manifestaram na Praça de Londres.

«Ontem, estas lutas eram esmagadas pela fúria fascista. Hoje, ao lado do M.F.A., das forças progressistas e sob a bandeira da unidade, caminhamos decididamente para a construção de uma vida melhor. Ontem, o ministério fascista das Corporações ditava arbitrariamente leis que apenas favoreciam o patronato e legitimavam a exploração desenfreada dos monopólios. Hoje, o Ministério do Trabalho, como o demonstrou pela sua conduta na assinatura do C.C.T. retalhista, está francamente interessado em cada vez mais se colocar ao lado dos trabalhadores. Os trabalhadores sabem bem quem são os seus aliados, sabem que a sua grande arma é a unidade em torno dos objectivos que lhes são comuns (...). A nossa força a força dos trabalhadores — é muito grande e é a única capaz de delitar por terra todas as variedades de retorno do fascismo e de fortalecimento do capitalismo — acrescentavam ainda os caixeiros no balanço da sua luta.

Falando aos trabalhadores, no átrio do Ministério do Trabalho, o capitão Costa Martins, titular daquela pasta, agradeceu o acolhimento que lhe fora feito, fez, por seu turno, declarações de extrema importância, num momento em que os patrões, tantas vezes assinam contratos de trabalho de cujo cumprimento posteriormente, se pretendem esquivar: os trabalhadores que vêm a

este Ministério — declarou o ministro do Trabalho — são sempre recebidos com a prioridade dispensada pelo Governo Provisório aos problemas que mais afligem o Povo Português. E o caso dos trabalhadores caixeiros. A livre iniciativa que aqui vos trouxe é-me profundamente grata, pois demonstra, mais uma vez, que a

mos anseios que, dentro da justiça social, mais interesse ao nosso País».

FINALMENTE A VITÓRIA

Foi já ao fim da noite de terça-feira passada que a vitória dos trabalhadores do ramo retalhista e dos caixeiros em particular, se definiu claramente.

Após várias horas de contactos no Ministério do Trabalho, entre a comissão sindical que negociava o novo C.C.T. retalhista e a União dos Grêmios dos Lojistas do distrito de Lisboa, já depois das 23 horas, chegou-se, enfim, a um acordo favorável aos trabalhadores.

A acordo que, no entanto, foi difícil. Com efeito, após a apresentação de parte a parte de propostas e de contrapropostas, a comissão representativa dos sindicatos interessados nas negociações (caixeiros e armazéns, escritórios, motonistas, telefonistas, cobradores e continhos e porteiros — englobando, no total, cerca de 30 mil trabalhadores, 80 por cento dos quais caixeiros) pôs à apreciação dos delegados grevistas uma derradeira plataforma de entendimento, que foi, todavia, na altura por eles recusada.

Parante o malogro da sua última tentativa de resolução da crise, os representantes dos trabalhadores retalhistas abandonaram, cerca das 21.30, o Ministério do Trabalho, dirigindo-se para os respectivos sindicatos, a fim de utilizarem os preparativos para a execução da proposta aprovada, recentemente, em assembleia geral realizada nas instalações do Instituto Superior Técnico — e, a partir das 15 horas da passada quarta-feira, se até às 24 do dia anterior não se tivesse chegado a um acordo com a União dos Grêmios, os caixeiros procederam à venda, nos respectivos estabelecimentos, dos artigos ao preço do custo ou, no caso deste ser desconhecido, com um descon-

to de 40 por cento sobre o preço marcado.

No entanto, cerca das 23 horas, os delegados sindicais foram de novo chamados ao Ministério do Trabalho pelo Dr. Eugénio Rosa, dos Serviços de Acção Social do Ministério, e por Daniel Cabrita, membro do gabinete do titular daquela pasta, tendo, então, tomado conhecimento de que a União

dos Grêmios aceitava finalmente, a proposta dos sindicatos.

Essa proposta girava em torno da questão das diuturnidades para os trabalhadores sem promoção automática e, nos termos em que estava redigida «o sistema de diuturnidades aplicar-se-á imediatamente, vencendo-se a primeira diuturnidade em Janeiro de 1970».

Continua na p. 2



EM SESIMBRA SINDICATO DE CLASSE E UNIDADE NA ACCÃO — OUTRA GRANDE VITÓRIA DOS PESCADORES



Um pescador e o ministro do Trabalho: a nova imagem do poder

O ministro do Trabalho e três secretários de Estado — o do Trabalho, do Emprego e das Pescas — assistiram em Sesimbra à explosão de fé na democracia e à expressão de consciência de classe e determinação dos pescadores na arremetida para a construção do seu sindicato. Recusando fir-

memente manobras divisionistas, os pescadores de Sesimbra — como já o tinham feito, os de Peniche, e o virão a fazer em breve os de Lagos, e de Setúbal decidiram em plenário que o seu sindicato é de pescadores e dominado na base por pescadores, unitário e fazendo parte do movimento sindical

editorial

CONSTRUIR a democracia não é tarefa fácil. É tarefa para um Povo inteiro. Prever a perspectiva das tarefas imediatas, do desenvolvimento dos objectivos estratégicos é uma necessidade imperiosa. Como condição, mesmo, da eleição dos meios tácticos adequados.

A sabotagem económica desenvolvida pelos monopólios lança um desafio às forças democráticas portuguesas. O desenvolvimento do processo democrático português passa pela decisão, rápida, de medidas capazes de cortar os despedimentos, criar emprego, garantir os investimentos. O que pressupõe o enquadramento de tais medidas numa perspectiva antimonopolista.

Repetidas vezes a Intersindical Nacional tem assinalado a necessidade de se avançar com serenidade sentido mas com decisão. Não se constrói Portugal em mais dias com os que o afundaram. Não se programa a libertação da sociedade portuguesa da opressão dos monopólios na colaboração com os monopolistas e os seus fiéis servidores. Como destaca o Boletim do Movimento das Forças Armadas no seu editorial, um projecto de reconstrução nacional implica, de imediato, a cooptação patriótica de todas as forças democráticas deste País — M. F. A., partidos progressistas, massas trabalhadoras — no formulário das directrizes e na sua aplicação.

Os trabalhadores estão prontos!

CAIXEIROS UNIDOS

Continuação de páq. 1
e, até ao dia 20 de Dezembro, uma comissão, constituída por um elemento da União dos Grémios, um do Federação de Grémios, dois dos Sindicatos e um do Ministério do Trabalho, analisará e decidirá sobre a aplicação de dois períodos no período anterior a 1970... garantia, desde logo, três diuturnidades aos trabalhadores, em particular os caixeiros, instaurando o vencimento fundamental. Sem recorrerem desde logo à greve, cuja utilização cede a outra do ano poderia apenas agir no patronato para dividir os trabalhadores e lançar a população de Lisboa contra a sua justa luta, os caixeiros souberam atacar os patrões no seu ponto mais sensível: os seus lucros.

Já na madrugada de quarta-feira, este acordo foi assinado, no Ministério, entre os delegados dos sindicatos e os representantes dos Grémios. Os trabalhadores reatitais, e em particular os caixeiros, instaurando o vencimento fundamental. Sem recorrerem desde logo à greve, cuja utilização cede a outra do ano poderia apenas agir no patronato para dividir os trabalhadores e lançar a população de Lisboa contra a sua justa luta, os caixeiros souberam atacar os patrões no seu ponto mais sensível: os seus lucros.

UMA PROPOSTA ORIGINAL CONDUZ CAIXEIROS A VITÓRIA

«Caso não seja assinado o C.C.T. já acordado, até às 24 horas, de terça-feira (dia 10), os trabalhadores reservam-se o direito de, a partir das 8 horas de quarta-feira, passarem a proceder à venda dos artigos pelo preço do custo ou quanto o desconham, ou venderem com 40 por cento de desconto, estes artigos em termos da proposta aprovada por aclamação pelos mais de três mil caixeiros presentes no encontro geral efectuado, no passado dia 6, no salão nobre do I.S.T.»

Esta proposta foi aprovada depois de alguma discussão e em prejuízo de outras propostas que chegaram a ser avançadas, nomeadamente uma de greve imediata. A aceitação desta proposta pela grande maioria de caixeiros presentes no I.S.T., para decidir das formas de luta a adoptar pela classe para exigir que o C.C.T. do ramo retailista fosse finalmente assinado pela União dos Grémios, revela bem o grau de consciencialização política daquela numerosa classe.

Como é do conhecimento da generalidade dos trabalhadores nas negociações periódicas das cláusulas do novo C.C.T. do ramo retailista tinham terminado a 16 de Novembro. Entretanto, uma comissão, composta por elementos gremiais e dos sindicatos, propôs aos trabalhadores a sua assinatura à redacção técnico-jurídica das restantes cláusulas do C.C.T. A assinatura final do C.C.T. estava prevista para o dia 28 do mesmo mês, mas, nesse dia, os representantes gremiais pediram adiamento dessa reunião; para o dia 2 de Dezembro. No dia 2, no entanto, os representantes dos trabalhadores depararam com uma nova comissão gremial. Esta nova comissão pretendia rever algumas cláusulas, já negociadas, sobre diuturnidades, despedimentos e promoções automáticas. Face a esta manobra que, segundo os representantes sindicais, procurava extrair vantagens da época de Natal e protelar a assinatura de compromissos para outra mais favorável aos patrões — os sindicatos não necessaram qualquer tentativa de alteração do já acordado, como não reconheceram a nova comissão gremial, exigindo,धि, qualquero modo, a assinatura do novo C.C.T. do ramo retailista.

Perante a firme atitude dos



Sindicatos verificou-se uma divisão entre as entidades gremiais negociantes: os representantes dos gremios exteriores à cidade de Lisboa (conselhos literários) mantiveram-se vinculados aos compromissos já estabelecidos com os delegados sindicais, enquanto que os representantes da União dos Grémios (que inclui as maiores casas da cidade de Lisboa) recusaram a assinar as cláusulas já acordadas.

Procurando resolver o impasse citado pela decisão cionista da União dos Grémios, a comissão sindical entrou imediatamente em contacto com o Ministério do Trabalho, o qual, por seu lado, convocou ambas as partes para uma nova reunião no manhã do passado dia 5. Os representantes gremiais, no entanto, não compareceram nessa reunião.

Se tivésemos em conta todo este contexto e todas as manobras divisionistas utilizadas pelo patronato, compreendemos ainda melhor a justiça da análise dos caixeiros que, em vez de irem para uma greve de interesse para os patrões, preferiram atacá-los no fundo dos seus enormes lucros. Unidos e conscientes do próprio contexto em que se inseria a sua luta, os caixeiros e os seus dirigentes sindicais estavam seguros de seguir a caminho da vitória.

NOVO C.C.T. DOS CAIXEIROS

O novo C.C.T. para o ramo retailista abrangirá cerca de 30 mil trabalhadores, dos quais, como já dissemos, perto de 30 por cento são caixeiros. O novo C.C.T. vigorará com retroactividade de 16 de Novembro de 1974 até 15 de Outubro de 1975. No que diz respeito aos novos salários mínimos estipulados (divididos em dois grupos, que vão dos 2 mil escudos, para praticante do primeiro ano, até 9 500 escudos, para chefe de serviço), estes terão efeitos retroactivos a partir do dia 1 de Outubro do ano em curso.

Este novo C.C.T. que vem substituir um número significativo de contratos dispersos, aplica-se a todos os estabelecimentos do distrito de Lisboa que vendem directamente ao público.

Entre os seus pontos mais significativos, salientamos, o estabelecimento de um horário de 44 horas semanais (com encerramento das casas, de Janeiro a Setembro, às 13 horas, de sábado), a abolição em princípio do trabalho extraordinário (devido este ser pago a 100 por cento, na mesma época que se vier a verificar), a proibição de despedimentos sem justa causa (mesmo no período experimental) o estabelecimento de um novo regime de diuturnidades e de promoções automáticas.

Bancários de Lisboa A REGRÃO MANEIR-SE PARA OS SEIS MESES GESTO DE SOLIDARIEDADE PARA OS TRABALHADORES EM CRISE

Na última Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários de Lisboa foi decidido manter a actual direcção à frente do sindicato por mais um período de seis meses e fazer reverter o fruto do Dia Nacional de Trabalho para os fundos da Intersindical

REALIZADA em 6 de Dezembro — a «Voz do Operário», a Assembleia Geral Extraordinária tinha a seguinte ordem de trabalhos: informações, destino a dar à remuneração do Domingo de Trabalho Nacional, contratação colectiva de trabalho-protocolo e eleições sindicais.

Devido à urgência e ao impasse verificados nas negociações do Protocolo da Contratação Colectiva e o problema das eleições sindicais (a actual direcção acaba o seu mandato no fim de Dezembro), votou-se imediatamente em contacto com o Ministério de Trabalho, o qual, por seu lado, convocou ambas as partes para uma nova reunião no manhã do passado dia 5. Os representantes gremiais, no entanto, não compareceram nessa reunião.

Se tivésemos em conta todo este contexto e todas as manobras divisionistas utilizadas pelo patronato, compreendemos ainda melhor a justiça da análise dos caixeiros que, em vez de irem para uma greve de interesse para os patrões, preferiram atacá-los no fundo dos seus enormes lucros. Unidos e conscientes do próprio contexto em que se inseria a sua luta, os caixeiros e os seus dirigentes sindicais estavam seguros de seguir a caminho da vitória.

«Se, a princípio, o diálogo se processava somente com um interlocutor, a nacionalização dos bancos emissores veio trazer um novo elemento a este diálogo, a Secretaria do Estado do Tesouro». «O aparecimento deste novo elemento — prosseguiu — veio atrasar as negociações e faz-las cair num impasse. Esta situação deve-se, sobretudo, ao sector das Finanças, ou seja, ao responsável pela secretaria do Tesouro que, além de se ter entrado nas negociações em Outubro e não tendo poderes de decisão, se limita a ser intermediário entre as negociações e o dr. Alves Costa, secretário de Estado do Tesouro.»

REJEIÇÕES

Do Protocolo do C. C. T. constam diversas exigências, nomeadamente as questões da previdência, carreira profissional mais adequada a despedimentos sem justa causa.

De acordo com as informações prestadas à Intersindical, a Secretaria de Estado do Tesouro pretende fazer depender o debate da presença do

Ministério dos Assuntos Sociais. Por outro lado a posição gremial é a de rejeitar a participação de 80 por cento nas despesas com assistência médica, etc.

Uma outra exigência que é rejeitada tanto pelo grémio como pela Secretaria de Estado do Tesouro — foi dito aos trabalhadores bancários — é a inclusão das empregadas da limpeza no C. C. T. dos empregados bancários, que, segundo a maioria dos sócios do sindicato, não tem justificação visto as empregadas da limpeza serem consideradas, tal como qualquer empregado, como trabalhadores bancários.

Quanto ao aperfeiçoamento da carreira profissional, isto é, as promoções para as classes

derado socialmente e oportuno do ponto de vista político, e após uma nova chamada à unidade indutivista da classe, chegou-se na assembleia à conclusão de que era necessário dar um prazo para a aceitação do protocolo. Assim foi votado por maioria a seguinte recomendação que deverá ainda ser ratificada pelos sindicatos do Porto e de Coimbra:

«Este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

unilateralmente. «Quanto à Secretaria de Estado do Tesouro declara o sindicato — esse rejeita, incompreensivelmente, a inclusão do subsídio de al-fundamento, um outro problema diz respeito aos despedimentos sem justa causa a que o Grémio propõe a seguinte fórmula: impedimento de despedimentos sem justa causa pelo prazo de um ano, período findo o qual esse assunto seria revisto.

«Destaca-se também o problema do controlo do mapa de densidades da província pelo Sindicato respectivo, proposta essa rejeitada tanto pelo Grémio como pela Secretaria de Estado do Tesouro.

TENTATIVA DE ULTRAPASSAR O IMPASSE
Perante o impasse a que se chegou, face a um Protocolo de Contratação Colectiva de Trabalho que os trabalhadores consideram, justamente, pon-

derado socialmente e oportuno do ponto de vista político, e após uma nova chamada à unidade indutivista da classe, chegou-se na assembleia à conclusão de que era necessário dar um prazo para a aceitação do protocolo. Assim foi votado por maioria a seguinte recomendação que deverá ainda ser ratificada pelos sindicatos do Porto e de Coimbra:

«Este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

«A este respeito a Secretaria de Estado do Tesouro contrapõe que o empolamento da classe A (responsável pela promoção nas classes mais modestas) não tenha em conta esta proposta o limite de acesso até à D dos empregados (exceptuando contratos com mais de 10 anos de função) que tenham vindo das classes J, K, L, M e as dascláçãs com o 1.º ciclo.

e que só por má vontade o patronato tem vindo a protestar.

Recomenda-se:
1) que esta direcção entre em contacto com as direcções dos Sindicatos do Porto e Coimbra no sentido de exigirem ao patronato a resolução do protocolo num período máximo de 30 dias.

2) que desta exigência conjunta seja dado conhecimento aos responsáveis governamentais interessados.

Findo o primeiro ponto da ordem dos trabalhos, passou-se a discussão do segundo ponto que dizia respeito às eleições sindicais.

Dado que a actual direcção acaba o seu mandato no fim de Dezembro, deveria desenharse-se agora o processo de novas eleições. Contudo, como se encontra em discussão o projecto de lei das associações sindicais, cujo art.º 37 a manter-se, consigna que os sindicatos constituídos sob a legislação corporativa, terão de proceder à revisão dos seus estatutos e promover eleições no prazo de 180 dias, a partir da data de entrada em vigor do diploma, o dilema seria optar por aguardar a saída da lei ou proceder imediatamente a eleições, arriscando ter de proceder a novas eleições dentro de pouco tempo.

Visto isto, foi votado por maioria, provando assim a unidade da classe e a confiança desta na sua direcção sindical, uma proposta permitindo o prolongamento do mandato pela actual direcção até seis meses, findos os quais se reuniria nova assembleia geral para tratar desse assunto.

No ponto seguinte informou-se a assembleia das actividades do sindicato, destacando-se o início de uma campanha de esclarecimento da situação política nacional junto da imprensa tentando, assim, lutar eficazmente contra a campanha de boatos que correm nesses meses.

SOLIDARIEDADE DOS BANCÁRIOS

No último ponto da ordem de trabalhos foi discutido qual o destino a dar à remuneração do Domingo de Trabalho Nacional.

Dando um apoio efectivo à Intersindical e contribuindo assim para a unidade sindical de todos os trabalhadores portugueses, foi proposto pela direcção e aprovado por esmagadora maioria, que esse dinheiro (cerca de 1030 contos) reverteria a favor dos trabalhadores em crise, através de central único dos trabalhadores portugueses.

No último ponto da ordem de trabalhos foi discutido qual o destino a dar à remuneração do Domingo de Trabalho Nacional.

Dando um apoio efectivo à Intersindical e contribuindo assim para a unidade sindical de todos os trabalhadores portugueses, foi proposto pela direcção e aprovado por esmagadora maioria, que esse dinheiro (cerca de 1030 contos) reverteria a favor dos trabalhadores em crise, através de central único dos trabalhadores portugueses.

No último ponto da ordem de trabalhos foi discutido qual o destino a dar à remuneração do Domingo de Trabalho Nacional.

Dando um apoio efectivo à Intersindical e contribuindo assim para a unidade sindical de todos os trabalhadores portugueses, foi proposto pela direcção e aprovado por esmagadora maioria, que esse dinheiro (cerca de 1030 contos) reverteria a favor dos trabalhadores em crise, através de central único dos trabalhadores portugueses.

No último ponto da ordem de trabalhos foi discutido qual o destino a dar à remuneração do Domingo de Trabalho Nacional.

PAZ

• Depois de do se procuraram muito do paz, de estava mal, porque saia muito do nariz, mas ve consultas e os sindicatos brasileiros e soviéticos bro de 1945, no lot em Paris, o racão Sindical.

• Os anos ram foram de capitalismo (inf processo que se ve. A Europa ia caminho... Veio hall, foi o apocálicas do racão bem o viveiros mais trinta ano o capital do Atlântico, com tr as que cá estava fra.



• O ano de vo. Foi a Organi do Atlântico mais uma série este ano de 74... atques à unidade Janeiro de 1944 a norte-ame Bronn afirmava morte».

• A 7 de 1949, em Londr Confederação dos Sindicatos pro de uma classe no listas estavam com dos pais



LEVAS 1950



PAZ E UNIDADE SINDICAL

Por SÉRGIO RIBEIRO

Depois da guerra, quando se procurava construir um mundo de paz, quando a unidade estava mais que reforçada porque saíra vífiorosa do fascismo da nazismo, em 1944, houve consultas e reuniões entre os sindicatos britânicos, franceses e soviéticos. Em 4 de Outubro de 1945, no Palácio Chaillot em Paris, nasceu a Federação Sindical Mundial.

Os anos que se seguiram foram de confrontação. O capitalismo tinha de travar o processo que se desmantelava. A Europa ia por muito mau caminho... Veio o Plano Marshall, foi o apoio às excessões do fascismo (e nos bem o tivemos de aguentar mais trinta anos), a política e o capital atravessaram o Atlântico, com tropas a reforçar as que cá estavam e a guerra... fria.

sobre os princípios e a aplicação do Plano Marshall. Este cumpria, assim, mais uma tarefa, e o movimento sindical mundial ficou cindido, com a C.I.S.L. agrupando os sindicatos occidentais, e a F.S.M. os que ficaram.

E assim decorreram 25 anos, ainda havendo a referir uma importante confederação sindical, a Confederação Mundial dos Trabalhadores (O.M.T.), agrupando centrais sindicais de correntes católicas. E foram os anos de guerra fria e os que se lhe seguiram.

Em 1970, quando a guerra fria já não podia continuar e os resultados de esforços na política Internacional começavam a ser impossíveis de travar ou esconder, tal o caminho aberto para a coexistência pacífica, os sindicatos colocam

da a filiação. Depois desse contacto, houve encontros entre os delegados da URSS, Hungria, RFA e os da Grã-Bretanha, RFA e Suécia.

Foi, e tem sido, difícil. Um quarto de século de divórcio e de desconfianças não é fácil de liquidar, por grande que seja a vontade unitária das partes. Mas tornou-se possível, por ocasião da 2.ª Conferência regional europeia, em Genebra, a realização de um encontro unitário. Foi em 19 de Janeiro deste ano, e o fim do encontro era o de examinar se a cooperação sindical era possível e fixar-lhe objectivos e meios, tendo sido convocada pelos quatro membros «trabalhadores» da «Bureau» Internacional do Trabalho, URSS, RFA, Grã-Bretanha e Suécia, portanto no âmbito da O.I.T.



O ano de 1949 foi decisivo. Foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte e foi mais uma série de coisas que este ano de 74 é fértil em boas de prata... Entre elas, o ataque à unidade sindical. Em Janeiro de 1949, o sindicalista norte-americano Irving Broni afirmou: «A F.S.M. esta morta».

encetaram iniciativas — como fora o governo polaco, e as opiniões públicas polaca e belga que o fizeram no plano político — com vista a convocar uma conferência sobre os problemas da segurança europeia. Sempre a paz, a segurança e a cooperação a abriram caminho ao diálogo.

Foi um primeiro e importante passo. Vejamos: — todas as centrais sindicais europeias estiveram presentes, com excepção da francesa «Force Ouvrière» — era a primeira vez, desde 1949, que os dirigentes das centrais sindicais CGT francesa e CGIL italiana, e as outras centrais da F.S.M. isto é, as dos países socialistas, se encontravam com as Trade Unions Inglesas, com as DGB da Alemanha Ocidental e com as escandinavas, aderentes da CISL;

No ano seguinte, portanto em 1971, foi a central sindical finlandesa SAK aderente da CISL, sempre na continuidade dos seus esforços unitários, que convidou, para o seu congresso, centrais sindicais de to-

Continua na pág. 4

NO MUNDO

Por Blasco H. Fernandes

ECONOMIA NA R.D.A. — 2

No artigo anterior apresentámos diversos elementos que mostravam o progresso da indústria da República Democrática Alemã nos seus aspectos gerais. Todavia, os diferentes ramos que a constituem progrediram em ritmos variados consoante a importância que, dentro do plano económico visado o a construção de uma economia sólida, os seus responsáveis atribuíram a cada um deles.

Assim, entre a data da fundação da República Democrática Alemã e o ano de 1973, os ramos da economia que mais rapidamente se desenvolveram foram, por ordem decrescente, o da electrónica, electrónica e equipamento científico, seguindo-se-lhe imediatamente o da construção de máquinas e veículos. Houve outros ramos que revelaram também um progresso de grande significado, não ficando muito distanciado dos que indicámos atrás. Esses ramos foram, em ordem decrescente, a indústria química, o da metalurgia e o da indústria de materiais de construção.

Em contrapartida, os ramos de indústria têxtil e o da indústria alimentar tiveram uma marcha do crescimento relativamente menor. Para se ficar com uma ideia mais clara a este respeito, apresentamos no quadro seguinte números sobre esta evolução industrial.

Segundo vários dos seus dirigentes mais responsáveis, essa orientação correspondeu a duas necessidades muito importantes: uma delas ligada à urgência, após o fim da guerra imposta pelo nazismo, de desenvolver quantitativamente a produção, modernizar a economia, elevar a produtividade desta e lançar, consequentemente, as bases do aumento crescente do nível de vida da população e a outra resultante das medidas do imperialismo que procurava criar inúmeras dificuldades ao desenvolvimento económico da República Democrática Alemã e através de-

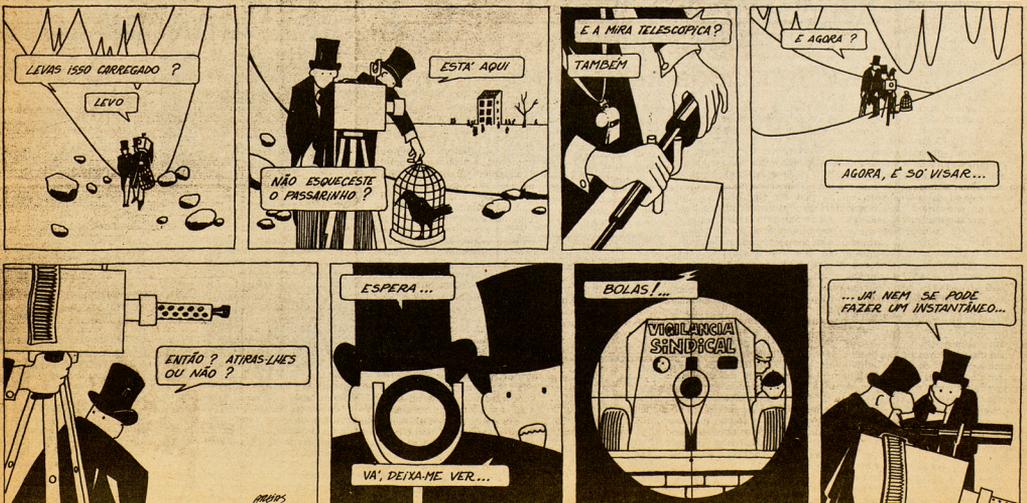
Evolução da Produção Industrial (1960 - 100)

Anos	Electrotécnica, electrónica, etc	Construção de máquinas e veículos	Indústria química	Indústria ligeira	Indústria têxtil	Indústria alimentar
1950	22	27	34	44	41	33
1955	50	57	66	69	72	72
1965	157	143	146	123	113	118
1970	248	201	212	165	140	147
1973	327	236	264	194	162	174

antifascistas, os democratas e os seus dirigentes escolheram o caminho que levasse à criação de um sector de produtos de base e uma indústria pesada com o fim de assentar em bases económicas sólidas

o Estado alemão de operações e empresas, fundado em Outubro do ano de 1949.

Por outro lado, se dirigirmos a nossa atenção para as fontes que originaram a riqueza do país, segundo as formas de propriedade, verificamos que as relações de produção se modificaram progressivamente de maneira a converter a República Democrática Alemã num Estado socialista onde, por consequência, os principais meios de produção se tornaram propriedade colectiva. Assim, por exemplo, no ano de 1950, perto de 44 por cento da produção do país obtinha-se em empresas privadas, enquanto em 1973 temos de 4 por cento do rendimento nacional era produzido nessas empresas. Se apirmos este problema por sectores de actividade, constatamos que, presentemente na indústria perto de 36 por cento da sua produção total provém do sector socialista, acontecendo praticamente o mesmo nos transportes e telecomunicações. Na construção, a quinta parte da produção é realizada por cooperativas e é restabelecido pelo respectivo sector socializado. Na agricultura, tal como temos ocasião de ver em artigos posteriores, as cooperativas ocupam uma posição predominante, embora já exista um sector socializado relativamente importante. A este propósito um dos destacados sindicalistas que nos acompanhou durante a nossa permanência na República Democrática Alemã afirmou-nos que se as forças produtivas constituem o ponto de partida da evolução da sociedade, o ritmo com que esta evolução se dá e as suas consequências dependem das relações de pro-



urgiu, co-
rral de e
num
mente m
a classe
nação de
300 exco-
uma aco-
o facto que
testemu-
m os mu-
o de
e todo o
na vontade
to para
ganizarem
se de in-
contra o
ralista. A
pel a cum-
dos
ontado au-
os tra-
portugues
s a infor-
dos gran-
drá de
dícios capi-
o manter o
e os objec-
do trabalho
a qual pre-
o rólulo
que o
o com-
amente a
tentivas
dividir os
a continuar

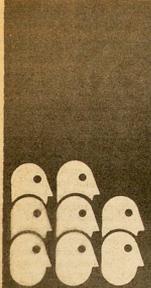
os am-
do de
e difundir,
trabalho de
do trabalho
sindical
sindical
da Inter-
na
conquistar
luta e para
a
ciência de
estão con-
a difusão
que deve
de maneira
nora, não só
como tam-
a destruição

ANT:
LUTA

os-jerra e
o recio que
a sente ante
muni-
luta será
e expulsa de
este transfe-
a, fixando-se

realiza-se
Conférença
em para 140
trabalho
os países do

ento da des-
que renova
abertura para
pa Ocidem-
a. O que é
do-se. CISEL
do-se. CISEL
do-se. CISEL
do-se. CISEL



PARA TRABALHADORES

Metafúrgicos contra despedimentos

As direcções dos Sindicatos Metafúrgicos do País enviarão, recentemente, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro do Trabalho um telegrama onde se manifestavam favoráveis à publicação urgente de leis contra os despedimentos e à instituição de um subsídio de desemprego. Com palavras de ordem da classe, os Sindicatos apontam no final deste telegrama: «pela estabilidade», «pelo direito ao trabalho» e «pela as manobras reaccionárias do patronato!»

Devido à vaga de despedimentos que certos patrões, e em particular as empresas multinacionais, procuram incrementar no sector metafúrgico (como elemento desmobilizador da luta daquela combativa classe), e aproveitando os despedimentos ocorridos na Companhia Portuguesa de Motores e Camiões (Guerrin), os Sindicatos Metafúrgicos do País, classificando esses despedimentos como uma «manobra reaccionária da grande capital, que visa impedir a democratização do País», enviaram telegramas de protesto contra esses despedimentos ao Primeiro-Ministro, ao ministro do Trabalho, ao COPCON e à comissão coordenadora de Trabalho.

Entretanto, a Comissão de Trabalhadores da Metalurgia Duarte Ferreira, do Trasmagal, atendendo a que ainda não tinham sido pagos os salários de Novembro aos trabalhadores daquela empresa e a que a situação da empresa continuava a degradar-se sem que a sua administração revelasse capacidade para ultrapassar a presente crise, depois de ter contactado, por várias vezes, com entidades governamentais, pediu a sua intervenção de maneira a que «uma unidade industrial básica para a economia nacional possa garantir os meios de subsistência a cerca de 2500 trabalhadores».

Outra fábrica metafúrgica em crise é a Friportus-Frigifrigos de Portugal, em Agueda, com 500 trabalhadores. Nesta empresa ainda não receberam os salários respeitantes ao mês de Outubro e vivo de muitos deles em situação precária.

O patrão daquela firma, António Xavier Simões, ficou inclusivo com os descontos dos trabalhadores para a Previden-

dência, tendo sido, então, penhoradas as próprias viaturas da empresa. No entanto, a labo-
rção na Friportus continua-
do que os trabalhadores re-
conhecem o seu interesse para
a reconstrução nacional. En-
quanto o patrão atribui as cul-
pas da situação ao boicote da
bancal comercial, os trabalha-
dores, que têm contactado com
o apoio do Sindicato dos Meta-
fúrgicos de Aveiro (secção de
Agueda) e da União dos Sindi-
catos de Aveiro e da delegação
do Ministério do Trabalho na
cidade, interessam-se pelo
sobre se o Governo não poderá
intervir directamente naquela
empresa, com base num decre-
to-lei recentemente promulga-
do, que tem em vista, precisa-
mente, a possibilidade de inter-
venção do Estado nas empre-
sas privadas em caso de má
gestão, sabotagem económica

ou despedimentos injustifica-
dos.

Unidos e vigilantes, os meta-
fúrgicos têm adoptado uma
linha clara para o momento:
exigir a urgente publicação de
leis contra os despedimentos,
a instituição do subsídio de
desemprego (ainda por regulamen-
tar) sobre a intervenção do Estado
nas empresas privadas, defen-
der a constituição de um
subsídio de desemprego!

CUF: luta pelo saneamento

«**N**ão devemos atirar o lixo
que nos cobre para cima dos
outros», afirmou um trabalha-
dor da CUF, durante uma reu-
nião do CGT (Conselho Geral
de Trabalhadores) daquela em-
presa, ao referir-se ao ponto
principal da Ordem de Traba-
lhos: o saneamento da reu-
nião teve lugar num dos
refeitórios da CUF, no pas-
sado dia 6 pelas 18 horas.

No entanto, só se entraria na
Ordem de Trabalhos por
volta das 20 horas, isto por-
que a hora inicialmente marcada,
chegavam à sala alguns funcio-
nários de reformados daquela
empresa, convocados de sur-
presa.

Embora um dos pontos da
discussão tratasse das «Refor-
mas e Eventuais», a mesa ex-
plicou aos presentes que a reu-
nião apenas se destinava aos
membros do CGT, não com-
preendendo como, nem por
quê, tinham sido convocados
aqueles desocupados e re-
formados acabaram por aban-
donar a sala.

Dado o adiantado da hora,
alguns dos pontos a abordar
foram deixados para uma
próxima assembleia, centrando-
se no ponto quanto da dis-
cussão na questão dos sanea-
mentos. Dos casos foram trata-
dos: No primeiro, relativo ao
director da fábrica de Ançilo,
após debates acalorados ficou
aprovada a sua suspensão até
que se esclareçam as ligações

que terá tido com o regime fas-
cista deposto, através de um
inquérito já em curso. Alas, a
pessoa em causa «concordou
com a suspensão» até que tu-
do fique claro.

do segundo caso, relativo ao
sr. António Noqueira, director
do Departamento de Transpor-
tes e Controlo, parecia não le-
vantar dúvidas, pois, a avaliar
pelas tomadas de posição dos
trabalhadores presentes, bons
motivos existiam para sanear
aquele senhor.

Contudo, alguém pediu a
pessoa referindo-se ao problema
em termos de moral, tentando,
assim, analisar da moralidade
do tal saneamento. Esta inter-
venção recentemente promulga-
do, que tem em vista, precisa-
mente, a possibilidade de inter-
venção do Estado nas empre-
sas privadas em caso de má
gestão, sabotagem económica

desta empresa, e pessoas co-
mo estas não podem, nem de-
vem ter lugar na CUF.

Por outro lado, chamou a
atenção de todos as empresas
do grupo CUF «para que esse
grupo não se integrasse em
qualquer uma delas, pois
não devemos atirar o lixo, pois
nos cobre para cima dos ou-
tros». Pessoas destas só en-
tra-se ao COPCON.»

Tais afirmações mereceram
um longo e acalorado aplauso
de todos os trabalhadores, não
restando dúvidas quanto ao ca-
minho a seguir.

Motoristas e o 13.º mês

O Secretariado dos
Sindicatos dos Mo-
toristas de todo o País
divulgou um comunica-
do em que alertava to-
dos os trabalhadores
daquela classe para a
necessidade de exigim-
re junto aos seus pa-
trões, até ao dia 20 de
Dezembro, o paga-
mento do 13.º mês.

O Secretariado Nacional dos
Motoristas aprovou também
uma moção sobre a mesma ma-
teira do seguinte teor: «Os diri-
gentes sindicais dos motoris-
tas, que fazem parte do secre-
tariado a nível nacional, apor-
tam vivamente todas as
ações capitalistas e fascistas
que abusando da situação
política e socio económica bo-
cotam e sabotam a débil eco-
nomia do País, sobretudo na
faixa do cumprimento do Con-

trato Colectivo do Trabalho,
nomeadamente a falta de paga-
mento do 13.º mês e o respecti-
vo subsídio a cem por cento;
acusam-nas também por esta-
rem a contribuir para o atraso
na democratização do País. Pa-
rante tais factos, os dirigentes
reunidos, alertam o Governo
Provisório de que os trabalha-
dores não podem aceitar
mais esta situação e exigem
da parte do mesmo uma toma-
da de posição em defesa dos
trabalhadores.»

Quanto às tentativas por par-
te do patronato para serem au-
tentadas as tarifas dos veí-
culos ligeiros, os Sindicatos
dos Motoristas decidiram en-
viar todos os esforços para que
esses aumentos não se verifi-
cassem, enquanto não fossem
satisfeitos todos os honorários
dos motoristas empregados na
quele sector.

«O agravamento da
crise de desemprego é,
consequência da man-
obra reaccionária dos
grandes grupos monop-
olistas que visam a asfixia
da economia nacional e
pretendem lancar a
inquietação entre os traba-
lhadores. A não tomada
de decisões que restrin-
jam de imediato o poder
dos monopólios e latifun-
diários e que visem, por
fim, a sua liquidação, le-
vará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso».

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

Engenheiros, não ao desemprego

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

«**N**um documento em que
procuram analisar a situação em
que se apresentam se encon-
tram, os engenheiros técni-
cos desempregados, declaram,
certo ponto: «a tomada do
poder político pelas forças demo-
cráticas não significa, como se
dieta, a tomada do poder econ-
ómico, que se encontra, como
antes de 25 de Abril, na mão
dos grupos monopolistas, as-
ciados ao imperialismo, e dos
latifundiários... Neste momento
uma questão importante se
abre: a aliança do M. F. A. com as
forças democráticas e popula-
res, que o mesmo diz ao
Governo Provisório; a não to-
mada de posições que restrin-
jam de imediato o poder dos
monopólios e latifundiários e
visem, por fim, à sua liqui-
dação, levará a economia para
ameaçar o processo demo-
crático em curso.»

ELEIÇÕES SINDICAIS DUAS LISTAS DOS OT...

Propomos a constituição dum sindicato activo. Um sindicato enraizado nas massas. Um sindicato que garanta a total liberdade de expressão dos trabalhadores. Um sindicato liberto de lutas partidárias, mas sempre atento aos condicionais sociopolíticos de cada momento. Propomos um sindicato que defenda a unidade. Que exija uma verdadeira integração no movimento sindical.

ASSIM afirmam, no preambúlo do seu programa, 21 trabalhadores dos CIT, que tomaram pública a sua candidatura à direcção do Sindicato dos Correios e Telecomunicações. Esta lista (lista A) é constituída pelos seguintes elementos: João Figueiredo; Maria de Fátima Costa; Oscar Vieira; Carlos de Almeida; Alda Vicente; João Campos; Joaquim Ortigão; José de Almeida; Maria de Lourdes Monteiro; Moisés Pereira; Ideário Cláudio; Maria Cláudio Pereira; Carlos Monteiro; Rodolfo Alves; Joaquim Azevedo; Rodolfo Alves; José Gracj; Fernando Gomes; António Valadas; António Patinho; José da Graça e Bernardo Laires.

Os componentes da lista A definem-se como «um conjunto de trabalhadores, cuja maioria se identifica com os mais modestos funcionários da Empresa e que empreendem uma participação activa e diligente à sua volta uma comissão, que, honesta e honradamente, dirija-se o nosso sindicato.»

«O programa tomado publico defende «medidas a curto prazo» — «medidas a médio prazo». Nas primeiras incluem-se: a intervenção na reciclagem do pessoal urgente numa empresa onde existem 150 categorias profissionais, a exigência da criação dum comissão permanentemente de reclassificação, a participação activa na alteração do actual regime jurídico do pessoal (como, por exemplo, a extinção da si-

tução de «assalariados e a re-
tribuição da despesa (ante-
mente do contratado), a luta pela
modificação da tabela de ven-
cimentos, pela melhoria das
condições de trabalho, pela
moralização da compra,
construção, manutenção e uti-
lização dos edifícios, pela me-
lhoria das refeições e instala-
ções da cantina, pela dinami-
zação do Centro de Cultura e
Recreio.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.

«**P**roponemos a constituição dum
sindicato activo. Um sindicato
enraizado nas massas. Um
sindicato que garanta a
total liberdade de ex-
pressão dos trabalhado-
res. Um sindicato liberto
de lutas partidárias, mas
sempre atento aos con-
dicionais sociopolíti-
cos de cada momento.
Propomos um sindicato
que defenda a unidade.
Que exija uma verdadei-
ra integração no mo-
vimento sindical.



Pescadores de Sesimbra

HOomens do mar sabem o que querem

Raul Brandão, um grande escritor português, escrevia assim em 1923 sobre o pescador de Sesimbra: Se um adoece, os outros ganham-lhe o pão; recebe o seu quinhão inteiro. Se morre, sustentam-lhe a viúva e os filhos, entregando-lhe o ganho que ela tinha em vida. Dão ao hospital e ao asilo uma parte do pescado. Toda a gente tem direito a ir ao mar — toda a gente tem direito à vida. Vai quem aparece, desde que seja marítimo. Acontece que o barco leva hoje quarenta homens e leva vinte amanhã... O produto das artes é dividido em quinhões pela companhia. A pesca do anzol é uma espécie de cooperativa, e a barca quase sempre dos pescadores.

Foi este mesmo homem e este mesmo espírito, ainda que exteriorizado de outra forma, que fomos encontrar no dia 8 de Dezembro, na Assembleia Geral para eleição da Comissão Pró-Sindicato dos Pescadores de Sesimbra, assembleia, além do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, e do secretário de Estado do mar, António Carlos Carvalhas, do secretário de Estado do Emprego, eng.º Fragata e do secretário de Estado das Pescas, dr. Mário Ruivo, o governador civil do distrito de Setúbal, António Carlos Fuzeta da Ponte, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sesimbra, dr. Aurélio do Sousa, representantes das Casas dos Pescadores de Peniche, Setúbal, Lagos e das zonas piscícolas, Marques dos Santos, pela Intersindical; e outros convidados.

FESTA POPULAR

Centenas e centenas de pescadores e famílias, além de outros trabalhadores do mar, repertam do princípio ao fim da assembleia saudações ao M.F.A. e ao Governo Provisório, à Unidade e aos Sindicatos, à Intersindical, e, enfim, a tudo o que tem contribuído e contribui para a emancipação política e económica do trabalhador português. Aliás, todos os discursos espalhados pela sala o salão do ginásio do Grupo Desportivo de Sesimbra eram um autêntico programa de emancipação popular: «Sindicato — a vontade dos pescadores», «Unidade Povo — M.F.A.», «Saneamento», «De cada porta nascerão os verdadeiros sindicatos», «Não à sabotagem dos monopólios», «Direito ao trabalho — Não aos despedimentos», «Abaixo reacção — Vigilância popular».

CONTRA A EXPLORAÇÃO

Afirmou nesta assembleia o ministro do Trabalho, depois de agradecer o convite da Comissão Pró-Sindicato e de saudar todos os pescadores portugueses: Considero altamente vantajoso que os pescadores organizem os seus sindicatos, pois serão eles que defenderão verdadeiramente os seus interesses. O Ministério do Trabalho tem as suas portas franqueadas a todos, vou, e é chegada a altura de os pescadores deixarem de ser explorados, de serem segregados. Não é justo que o pescador que arrisca a

suavidade do mar, venda depois o peixe a dois e a três escudos e o Povo Português, de comprar, mais tarde, a vinte, a trinta ou a cinquenta escudos. Há que dignificar as classes trabalhadoras mais desfavorecidas e, entre elas, encontram-se em primeiro lugar os pescadores. O Governo Provisório está verdadeiramente empenhado nesta tarefa. E terminou o seu breve e impositivo discurso: «Agradeço a amizade e todo o calor que puseram nas vossas manifestações e espero que não seja a última vez que estou convosco. Estou sempre disposto a estar entre os trabalhadores porque só assim se podem resolver os problemas».

A sessão fora aberta, cerca das 22 horas, pelo presidente da comissão administrativa da câmara municipal de Sesimbra e o governador civil de Setúbal, que manifestaram o enorme regozijo por verem neste momento concretizada ou em vias disso uma Comissão Pró-Sindicato e, anunciaram que fora distribuído ao conceito de Setúbal um subsídio de 15.000 contos destinados à construção civil, cabendo parte dessa verba à construção de habitações de carácter social. Esta revelação motivou fortes aplausos da assistência. Usou ainda da palavra o presidente da Casa dos Pescadores de Sesimbra, anunciando que os obras do Bairro Novo estavam em fase de acabamento e considerou vantajoso que as casas do Bairro Velho fossem de três ou quatro andares. Referiu, depois, a necessidade de mais um médico no posto clínico e que o edifício da lota estava já ultrapassado. Fez reparo a que se pagassem cerca de 1.000 contos à Junta Autónoma para mádio, que o porto de abrigo continuava a necessitar de melhoramentos e que a Misericórdia não se modificara depois do 25 de Abril. Acrescentou que se deviam dar melhores possibilidades aos sinistrados e aos doentes, que a escola para adultos, deva aceitar todos os trabalhadores, fossem pescadores ou não, após todos os cursos de aprender; e que pensavam num jardim-escola em Sesimbra, salientando a necessidade de uma aula especial para crianças com dificuldades. E

Fotos de RUI PACHECO

terminou exortando todos a que lutassem para que seus filhos tivessem um futuro melhor e anunciando que a Festa do Natal seria este ano igualmente alegre festa. Foi no fim da sua intervenção delirantemente aclamado e abraçado por muitos companheiros do mar.

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO

Manuel José leu as bases estatutárias da comissão pró-sindicato, que foram aprovadas. Foi, depois, eleita por esmagadora maioria a respectiva comissão que ficou assim constituída: Assembleia geral Presidente: Joaquim Amigo Fidalgo; primeiro-secretário, Manuel José dos Santos Pinto; segundo-secretário, Joaquim Manuel Arsenio Mendonça; Comissão Augusto Reis Aquilar, Carlos José Nunes Pinto, Francisco Manuel Castro Vidal, Joaquim Custódio Baeta, José António Simplicio Vidente, Lino Manuel Fidalgo Formiga, Luis Gomes Pinto, Olimpio Bastos Ribeiro e Rodrigo Aires da Cunha Dias.

A propósito, falaram vários pescadores. Afirmou o primeiro: «Nós compreendemos que os unidos podemos lutar contra a exploração. Peço que se inscrevam todos no sindicato e não vão nas conversas daqueles que não querem o bem dos trabalhadores. Disse o segundo: «Os pescadores de Sesimbra estão empenhados em que o fascismo não volte às nossas terras. Por fim, interveio um pescador de Setúbal, o qual lamentou que os seus companheiros mostrassem pouco interesse pelas questões sindicais, ao que a assistência respondeu num grito: Sesimbra, vai lá».

Usaram, igualmente, da palavra o presidente da C.A. da Câmara de Lagos e nosso camarada Marques dos Santos, pela Intersindical, que começou por saudar o ministro do Trabalho e os representantes presentes do Governo Provisório, afirmando que o Governo Provisório está com o Povo Português. Logo a seguir disse: Em nome de dois milhões de trabalhadores desejo saudar os pescadores de Se-



simbra, e garantir que todos os trabalhadores unidos irão constituir um Portugal livre de exploradores.

Nesta altura, o pescador Emilio Balção não conteve a emoção e levantou-se do meio da assistência indo abraçar o ministro do Trabalho e todos os membros da mesa. Foi um momento vibrante, secundado por todos os pescadores presentes, que durante vários minutos manifestaram o seu entusiasmo de maneira exuberante. Prosseguiu o representante da Intersindical, exortando todos os pescadores a inscreverem-se em massa no seu sindicato.

«QUEM SE APROVEITA DO VOSSO TRABALHO?»

Teve, depois, uma curta intervenção o presidente da Comissão Central, que enalteceu as mulheres dos pescadores, «as mais sacrificadas», e a seguir, falou Carlos Carvalhas, que, após saudar todos os homens do mar, afirmou: «O vosso trabalho penoso, complexo e arriscado merece bem o respeito do Povo Português e do Governo Provisório. Quem se aproveita do vosso trabalho? Nem sempre o povo português».



Os pescadores de Sesimbra e de Portugal sabem bem o que era antes do 25 de Abril e por isso não querem mais tentativas. O principal entrave à democratização, são os monopólios. Até 25 de Abril o Estado e os monopólios encontravam-se fundidos num aparelho único, aparelho que não servia os interesses do Povo Português. Isto passa também por um clima de austeridade para todos. Mas adiante ocupou-se da reacção, para dizer que o que ela ainda não conseguiu no domínio económico tenta-

agora a partir da universidade e das escolas para criar o caos e virar a população contra o Governo. Garantiu que a essa situação o Governo deverá responder serenamente, mas com firmeza.

Chamou, depois, a atenção para o papel histórico das Forças Armadas, afirmando que esse papel histórico continuará a ser elícito e depois disso, e que, por isso, era fundamental a ligação industrial que se vem mantendo entre o povo e o M.F.A.

Por fim, e a propósito das interrogações que as pessoas fazem sobre a nova forma de Governo, fez um aparte com humor e concluiu: O fundamental é escolher entre a democracia e o fascismo.

Usou ainda da palavra o secretário de Estado das Pescas, que recordou a sua presença em Itália como exilado político e depois se referiu ao estado actual em que se encontram o seu sector, com cerência de toda a ordem, desde a falta de frigoríficos a froas antiquadas, o que originava muitas vezes que se tivesse que importar peixe, forçando a saída de divisas. Ocupou-se depois dos salários para expressar a impossibilidade de resolver em cinco semanas a série de erros praticados ao longo de 48 anos.

A sessão encorreu com vivas constantes ao Governo Provisório e ao M.F.A., tendo muitos pescadores cumprimentado o visitante em nome do ministro do Trabalho e os outros membros do Governo presentes, e cantando-se o hino nacional.

UM NOVO MEMBRO DA INTERSINDICAL

LANÇAR as bases de organização e mobilização da classe com vista à constituição do Sindicato dos Pescadores de Sesimbra, criação e desenvolvimento de estruturas do sindicato; criar a respectiva infra-estrutura material, técnica e administrativa; elaborar os estatutos do futuro Sindicato e promover a sua legalização junto do Ministério do Trabalho; promover a inscrição de sócios; representar e defender os interesses dos pescadores enquanto não estiver criado o Sindicato e eleitos os respectivos Corpos Gerentes; garantir o carácter unitário e independente, democrático e representativo das estruturas sindicais agora criadas e a criar ainda alguns dos objectivos da Comissão Pró-Sindicato. A Comissão, enquanto o Sindicato não estiver legalmente constituído e eleitos os respectivos corpos gerentes, tomará a seu cargo a representação sindical dos pescadores da área.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

Entrevista ao seu OBJECTIVO

EXISTE uma certa tensão, neste momento, em demora a que ainda é feita através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

P. — Existe hoje, de certo modo, em muitos sectores, uma tendência para menosprezar o 25 de Abril, pelo movimento sindical dos trabalhadores — que foi muito e, em muitos aspectos, o básico. Poderia o Secretariado da Intersindical Nacional, por um lado, apontar as razões desse esquecimento e, por outro lado, apontar as mais significativas conquistas económicas e sociais obtidas pelo movimento dos trabalhadores depois do 25 de Abril?

R. — A acção sindical está voltada para a conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores, o que implica a luta pelos objectivos imediatos e a sua integração numa estratégia mais vasta, visando a consecução de condições mais favoráveis à defesa dos nossos interesses e a institucionalização da intervenção dos trabalhadores a todos os níveis da organização da vida social. Nestes termos, implica a luta sindical não só nos planos atíngíveis — o que conduz, por vezes, à difusão dos avanços alcançados e à sobrevalorização das dificuldades levantadas ao caminho futuro. Na medida em que tal sentimento reflectido em acção de avançar mais e melhor, juntamente e cantando-se o hino nacional.

Os vizinhos não justificam a criação de indicadores secundários do Sindicato. A fim de desenvolver o trabalho, a respectiva infra-estrutura material, técnica e administrativa; elaborar os estatutos do futuro Sindicato e promover a sua legalização junto do Ministério do Trabalho; promover a inscrição de sócios; representar e defender os interesses dos pescadores enquanto não estiver criado o Sindicato e eleitos os respectivos Corpos Gerentes; garantir o carácter unitário e independente, democrático e representativo das estruturas sindicais agora criadas e a criar ainda alguns dos objectivos da Comissão Pró-Sindicato. A Comissão, enquanto o Sindicato não estiver legalmente constituído e eleitos os respectivos corpos gerentes, tomará a seu cargo a representação sindical dos pescadores da área.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efectivamente a profissão em barcos registados no Ministério do respectivo porto, quanto aos portos de pesca.

As bases do novo movimento sindical português, neste momento, encontram-se a trabalhar através da organização e da submissão tanto as condições dos trabalhadores após o 25 de Abril em condições novas em que hoje se vive o movimento sindical português nesta situação, que nos, apareceu neste desenvolvimento autónomo e consciente do movimento sindical português, que a entrevista com o Secretariado Nacional. Pedimos-lhe, ao fim e ao fim, o balanço da situação actual e a sua complexidade.

O Sindicato dos Pescadores de Sesimbra representará todos os pescadores ou auxiliares do pesca, como os marinheiros, que exercam efect

A eleição, em assembleia geral, de uma comissão «ad hoc» para gerir transitoriamente o Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Lisboa corresponde a uma grande viragem nos destinos da aquele organismo de classe.

Logo após o 25 de Abril, a exemplo do que aconteceu em todo o País, a direcção anterior foi expulsa. Surgiu, assim, a Comissão Pro-Sindicato. Esta Comissão convocou, na altura, uma assembleia geral onde foi apontada a necessidade dos operários se organizarem e, a partir daí, assentaram as suas reivindicações em factos concretos, não devendo limitar-se a exigências exclusivamente monetárias.

No entanto, durante uma assembleia bastante atribulada, realizada a 19 de Maio no Pavilhão dos Desportos, uma outra comissão provisória viria a assumir a direcção.

A partir daí, a situação do Sindicato agravou-se, até que,

Construção civil

POR UM VERDADEIRO SINDICATO PARA 120 MIL OPERÁRIOS

em meados de Novembro, um grupo de trabalhadores da empresa J. Pimenta publicou um comunicado pedindo a descoberto uma série de anomalias.

Nesse comunicado, a comissão era acusada, entre outras coisas, de não ter promovido nenhuma assembleia geral no sentido de esclarecer os trabalhadores.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Chegados a esta situação, realizou-se a assembleia geral do passado dia 23, tendo sido eleita uma comissão «ad hoc» neste momento à frente do Sindicato, constituída pelos trabalhadores Alfredo Martins Almeida, José António Matos Alves e Luís Nunes Cortez. Para saber da nova situação, contactámos alguns dos seus membros, começando por nos afirmar Alfredo Almeida: «Fomos eleitos por vontade da própria assembleia e a nossa missão é a de gerir o Sindicato até às próximas eleições a realizar entre 2 e 15 de Janeiro próximo. Foi igualmente eleita uma comissão eleitoral composta de 5 elementos, estando já



convocada uma assembleia geral para dia 17 de Dezembro no Pavilhão dos Desportos, com o fim de aprovar o caderno eleitoral e a eliminação da discriminação entre socios efectivos e contribuintes.

A cerca dos problemas mais prementes que neste momento

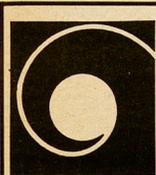
afectam aquele Sindicato, disse-nos José Matos Alves: «Temos tido grandes dificuldades financeiras, porque nos foram apenas entregues 153 contos. Contudo, o Sindicato deve ter mais dinheiro, por isso pedimos à Caixa Geral dos Depósitos um relatório do que a se

encontra. Por outro lado espera-se a proceder a uma sindicância às actividades internas. Tratamos ainda de suspender o jornal do nosso sindicato, «Construi», por o considerarmos fascista. Mas, à frente afirmou que pretendem obter apoio dos res-

tantes sindicais, principalmente dos que estão ligados ao sector da construção caminhando assim para um sindicalismo vertical. Uma das principais reivindicações da nossa classe, neste momento, é o 13.º mês pelo que estamos fazendo todos os esforços junto do Ministério do Trabalho, o mesmo acontecendo em relação aos ordenados dos grupos D e E, dos quais 60 000 não estão sindicalizados, isto numa altura em que o patronato tem feito despedimentos massivos não pagando os ordenados estabelecidos, nem cumprindo horários de trabalho. Como se vê, problemas não nos faltam.

«Pusemos ainda a próxima das possíveis candidaturas da comissão «ad hoc» às próximas eleições. Como já disse, problemas é e que mais temos e o tempo é pouco. Para já há que meter mãos ao trabalho e depois pensarmos nas eleições».

A terminar esta nossa conversa a comissão «ad hoc» fez o seguinte apelo: Pedimos a todos os trabalhadores do sector da construção civil que se unam e organizem dentro das suas empresas para que, unidos, possamos fazer frente ao patronato.



Contração colectiva

Construção civil

A Secretaria de Estado do Trabalho, através de uma portaria, instituiu uma nova tabela salarial para os operários da construção civil da ilha da Madeira.

A nova tabela salarial terá efeitos retroactivos a partir do passado dia 1 de Novembro, podendo, no entanto, os encargos resultantes dessa retroactividade ser satisfeitos, pelas entidades patronais, com um prazo de sessenta dias a seguir à publicação da referida portaria no Boletim do Ministério do Trabalho.

A intervenção da Secretaria de Estado do Trabalho no presente processo, impôs-se pela necessidade de vencer as dificuldades insuperáveis com que depararam as negociações directas entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores. Elaborada com base no Caderno Reindicativo apresentado pelos trabalhadores durante as negociações, a portaria teve em atenção as características do sector da construção civil da Madeira e os interesses dos profissionais a ela ligados. De um modo

global, foi também tida em conta, pela Secretaria de Estado do Trabalho, a situação económica da região madeirense.

Dentro da nova tabela salarial são estabelecidos os seguintes salários mínimos: primeiro-oficial, 6500\$00; segundo-oficial, 5900\$00; servente com 18 anos ou mais, 4300\$00; auxiliar e aprendiz (16/17 anos), 3000\$00; auxiliar e aprendiz (14/15 anos), 2000\$00.

A recente portaria aplica-se aos trabalhadores abrangidos pelo Sindicato dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas do distrito do Funchal, obrigando, portanto, as empresas representadas pelo Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil do mesmo distrito.

Panificação

Os ordenados mínimos estabelecidos em Julho de 1974 para os trabalhadores da indústria da panificação do Continente foram agora tomados extensivos, através de uma portaria da Secretaria de Estado do Trabalho, aos trabalhadores da Panificação dos distritos do Fun-

chal, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

Na nova tabela salarial, que a partir de agora vigorará também para os trabalhadores da indústria de panificação das ilhas, prevêm-se as seguintes remunerações: fiscal de padaria, encarregado de fabrico e de distribuição ou de expedição, 5000\$00; caixa e encarregado de padaria, 4900\$00; amassador e forno-deiro, 4800\$00; ajudante de padaria, 3900\$00; manipulador, 3700\$00; caixa de depósito, 3300\$00; caixa, auxiliar de balcão, ajudante de caixa de depósito e servente, 3200\$00; aprendiz de primeiro ano, 1900\$00 e do segundo ano, 2200\$00; o distribuidor auferirá o salário de 3300\$00, podendo essa remuneração ser substituída por percentagem de venda, sem prejuízo do mínimo estabelecido.

Electrónica

CERCA de seis mil trabalhadores beneficiarão do contrato colectivo de trabalho assinado pelos representantes dos Sindicatos dos Caixaeiros e Armazéns, Profissionais de Escritório,

Electricistas, Empregados de Garagens, Viajantes, Telefonistas e Contínuos e Porteiros e a Associação dos Comerciantes de Importação de Material Electrónico e Electrodomésticos. As partes contratantes reuniram-se, durante várias semanas, no Ministério do Trabalho, tendo sido discutidas e aprovadas as dezenas de cláusulas do novo C. C. T. de âmbito nacional, daquele sector.

Do clausulado agora aprovado, para além da melhoria acentuada da tabela salarial, salienta-se, pela importância que assume no momento presente, a proibição de despedimentos sem justa causa e a obrigatoriedade de ouvir a comissão sindical (e na falta desta o respectivo sindicato) todos os processos insturados de despedimentos por justa causa.

Foi ainda acordado o pagamento do 13.º mês, do subsídio de férias a 100 por cento, a definição do trabalho por turnos e de trabalho extraordinário, elaborado um esquema de formação profissional e estabelecidos prazos para promoções e direitos especiais para o trabalho feminino e de menores.

A nova tabela salarial, apresentando um leque de

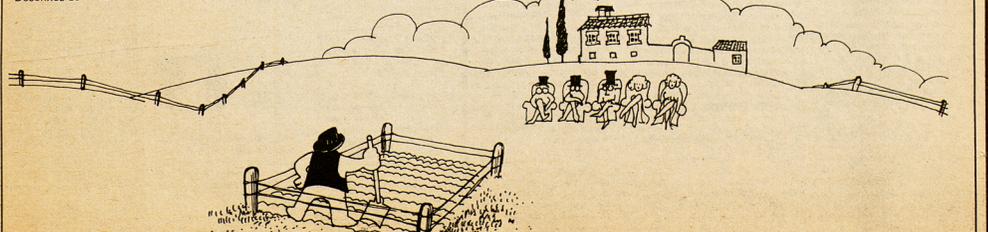
salários bastante reduzido em relação à situação anterior, oscila entre 4600\$00 ajudante de primeiro ano e 10500\$00 encarregado geral.

Salinas

Foi recentemente alargado pelo Ministério do Trabalho o âmbito do acordo colectivo de trabalho celebrado entre várias empresas produtoras de sal dos concelhos de Alcochete e Benavente, dos distritos de Setúbal e Santarém.

Esse alargamento tem efeitos retroactivos a partir do dia 1 de Novembro e estabelece remunerações diárias mínimas de 150\$00 para homens e 127\$00 para mulheres, sem prejuízo, no entanto, do princípio de «a trabalho igual salário igual». Os trabalhadores em regime de tarefa serão remunerados, por seu lado, segundo as tabelas aprovadas pelo Grémio da Lavoura de Alcochete e secção da Representação Profissional da Federação das Casas do Povo do distrito de Setúbal, publicadas no boletim do I. N. T. P. de 8/9/72, embora acrescidas de 57 por cento.

Desenhos de A reias



«Enquanto ele trabalha, nós vivemos da renda»

FNAT

«Novas e amplas perspectivas se abrem para o desenvolvimento das actividades culturais, recreativas e ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, com a reestruturação da F.N.A.T., que actualmente está a ser estudada por uma comissão, disse-nos um dos elementos da Comissão Administrativa daquele organismo.



GRANDE ORGANIZAÇÃO (FINANCEIRA) DO SECTOR DOS TRABALHADORES

COMO se sabe, a F.N.A.T. por extensão: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, funcionou durante o fascismo, em muitos aspectos, como instrumento dum país em de alienação dos trabalhadores. Nesse sentido eram orientados os serões para trabalhadores e curtas manifestações do mesmo carácter promovidas por aquela organização. Entretanto, no plano puramente reativo, as colónias de férias, excursões e iniciativas semelhantes só podiam contemplar um número diminuto de pessoas relativamente a toda a população trabalhadora. O culto dos elites predominava no grande parte das realizações da F.N.A.T.

Tudo isso terá que ser agora modificado. Impõe-se que o organismo que se destina a organizar a vida cultural e a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores seja profundamente democratizado no seu funcionamento e nos seus objectivos. Assim, com vista a assegurar a sua integração imediata no processo de democratização do País foi criada uma Comissão Administrativa (em substituição dos antigos corpos gerentes) que tem por função gerir a F.N.A.T. até à sua completa reestruturação. A própria constituição desta comissão reflecte já conquistas da classe trabalhadora desde o 25 de Abril, pois dela fazem parte dois representantes da Intersindical (Fernando Grácio Chambel e o actor Rogério Paulo), em paridade com dois representantes do movimento governamental (engenheiro José Brito Fogueira e o economista Sabino Guedes Lebre).

A FNAT DO FUTURO

Foi Guedes Lebre e Fernando Chambel quem nos forneceu informações acerca da situação actual e a médio prazo da F.N.A.T.: «O que é a F.N.A.T. irá ser no futuro, provavelmente com outro nome, dependerá da linha que vier a ser traçada pela comissão de reestruturação, já em funcionamento, composta por elementos da confiança dos trabalhadores e do Governo. Privilegiará, de momento, apenas projectos que estejam a tentar concretizar e de imediato curso.»

«Donde vem os recursos da F.N.A.T. ? Segundo nos esclareceu os nossos interlocutores, a proveniência das verbas obedece às seguintes percentagens: por cento são contribuições das Câmaras, Previdência, organismos de coordenação económica, Grémios e Sindicatos; 2 por cento contribuições de sócios; 20 por cento contribuição do Totobola (esta totalmente afectada a actividades desportivas); e restantes custeiam os próprios benefícios (sector das colónias de férias, refeitórios, excursões).

«O montante global das receitas da F.N.A.T. está longe de poder acompanhar o ritmo dos projectos que temos em vista realizar», foi-nos dito. «No sector do turismo social, por exemplo, abrem-se grandes possibilidades neste momento, mas não podemos avançar já com alguns projectos, por falta de verbas. A este respeito os membros da Comissão Administrativa referiram concretamente aspectos que têm recebido de unidades hoteleiras, as quais, dada a crise do turismo no sector comercial, vêm propor agora à F.N.A.T. o seu enquadramento em esquemas de turismo social.

Actualmente, estabelece um dos porta-vozes da Comissão — a capacidade das colónias de férias da F.N.A.T. não vai além dos quatro mil lugares (contando com adultos e crianças). Esta situação terá de ser revista rapidamente e há que encontrar fontes de financiamento para, de uma maneira ou de outra, começar a melhorá-la.»

ABERTURA AO ESTRANGEIRO

Entretanto, ainda no sector do turismo social, prosseguir, em negociações acordadas e intercâmbio com a Dinamarca e Cuba, e estamos em conversações com a República Democrática Alemã e a Hungria. Esperamos também celebrar acordos semelhantes dentro do curto prazo com a Bulgária, a União Soviética, a Bélgica e a Holanda. Deste modo, os trabalhadores portugueses poderão gozar férias no estrangeiro a preços acessíveis, enquanto, por outro lado, os trabalhadores estrangeiros terão oportunidade de conhecer as realidades do nosso país. Hávamos estes acordos de intercâmbio, evita-se a saída de divisas.

«O turismo interno é, no entanto, prioritário para a Comissão: «Estamos a estudar a forma de dinamizar o turismo interno em novos moldes. Ao tentarmos o turismo interno, não pretendemos que o trabalhador se interesse apenas pelas paisagens e terras que ficam ao redor, enfim, apenas pelos aspectos recreativos. Queremos fomentar também o convívio entre os trabalha-

res visitantes e os trabalhadores residentes nas terras visitadas. É preciso que o turismo interno contribua para o melhor conhecimento entre os trabalhadores de todas as regiões do país, dando a todos uma maior consciência da nossa realidade social e das suas particularidades regionais.»

«Outro ponto focado pelos membros da Comissão foi a situação em relação a fazer tudo para aumentar o número de referências da F.N.A.T., em condições de formação aos trabalhadores referências de qualidade, a baixo preço. A nossa ideia é abrir referências sequentes mas espaçadas, de forma a facilitar o seu uso pelo maior número possível de trabalhadores. O Porto é, para já, uma das cidades em que temos projectos concretos neste aspecto. Também o serviço nos precucupua. Vamos generalizar o sistema do «self-service» melhorar o mais possível a qualidade das referências, sem afectar os preços, que actualmente são bastante aceitáveis.»

ACTIVIDADES CULTURAIS

As actividades culturais, segundo os membros da Comissão, também a atravessar uma nova fase. «Temos em vista criar centros de animação cultural para iniciativas dos próprios trabalhadores, pontos que está a ser aprofundado pelo nosso colaborador Benjamin Marques. No domínio do cinema, do teatro, da música, da etnografia, da dança e de espectáculos, etc., tudo está a ser reorganizado. Contamos para isso com a colaboração de especialistas como Michel Giacometti. No Desporto confiamos o estudo do problema à competência e dedicação do prof. José Estêvão.»

«Por fim, uma referência ao Teatro de Animação, que continua a pertencer à F.N.A.T.: «Várias iniciativas vão foram já realizadas, como é do conhecimento público. Outras estão já projectadas em ordem a um completo aproveitamento da qual seja de espectáculos, princípio que cremos adequado para o funcionamento das companhias de teatro ou outros grupos artísticos, companhias filmes, etc. Não estamos interessados e consideramos útil que a F.N.A.T. assuma a posição de empresário, criando as suas próprias companhias de teatro ou outras. As próximas realizações que terão lugar no Trindade são o Teatro de Fátima Lusitano de Peter Weiss, pelo Teatro Português de Paris, e a Semana do Cinema Cubano.»

RECEISEAMENTO: UMA ARMA E UM DEVER

A escassos 12 dias do encerramento das operações relativas ao recenseamento eleitoral, todas as dúvidas acerca da exiguidade do prazo concedido (20 dias) para tão importante operação ganham actualidade.

DURANTE 48 anos o povo português ouviu falar de eleições, de «deputados», do chefe de estado. Eles são que se sabia sempre, e com antecedência, quem seria o vencedor ou vencedores. De que se sabia sempre quem seria vencido — o povo trabalhador português. Ovívia falar de recenseamento eleitoral mas sabia que ele era viciado, que havia mortos a votar e vivos que mesmo quando se inscreviam nunca eram considerados eleitores. Os funcionários públicos, assim, não precisavam de terem trabalho; o recenseamento era officioso.

Agora a situação é diferente. Falta em eleições. E as eleições previstas no Programa do Movimento das Forças Armadas não participam de uma forma a maioria do Povo Português aclamou e fez seu a partir do 25 de Abril. E para haver

reflexo dos interesses de meia dúzia.

É necessário e obrigatório, por lei, que todos nós os recenseados, pois, só os recenseados poderão votar, nas eleições para a Assembleia Constituinte, a realizar em Março. É necessário que a mesma coisa se faça para a Assembleia Constituinte, a realizar em Março. É necessário que a mesma coisa se faça para a Assembleia Constituinte, a realizar em Março. É necessário que a mesma coisa se faça para a Assembleia Constituinte, a realizar em Março.

Mas isso não impede que se reconheça as deficiências já apontadas e que reclamamos o alargamento do prazo previsto para essa operação, a fim de se obter um recenseamento sério e eficaz, um recenseamento que permita aos cerca de cinco milhões de portugueses recenseáveis — na sua maioria representantes das classes trabalhadoras — afirmar a sua confiança no processo de democratização em curso e participar de uma forma real — através dos seus representantes eleitos na construção do Portugal que todos nós queremos.

Estas preocupações foram já manifestadas através de uma proposta aprovada no último plenário da Intersindical. Texto aprovado: «Considerando — que a

— que a legitimidade e clareza do acto eleitoral passa por um processo de recenseamento sério e eficaz, que abre amplas perspectivas de participação a todo o povo português no acto de eleição da futura Assembleia Constituinte;

— que o prazo para tal (de 9 a 29 de Dezembro) não garante estes princípios, pela claridade que impõe, o que, tendo em vista os prazos, conduz a um recenseamento defeituoso;

— que este assunto interessa fundamentalmente aos trabalhadores, pois que são estes a maioria da população;

Delibero: «manifestar a sua discordância em relação ao prazo previsto para o recenseamento eleitoral;

— reclamar o alargamento do prazo do recenseamento eleitoral por, pelo menos, 20 dias.»

No entanto, a evidência desses factos não deve impedir que todos os cidadãos portugueses e residentes no território eleitoral (Continente e Ilhas Adjacentes) se apressem a cumprir este dever cívico da

VERBETE DE INSCRIÇÃO DE ELEITOR		N.º DE CÓDIGO DA FREGUESIA	
FREGUESIA	CONCELHO		
NOME COMPLETO: MANUEL DA SILVA			
FILIAÇÃO (Nome e apelido): JOSE FRANCISCO DA SILVA			
Mê: MARIA CARLOTTA DA SILVA			
NASCIMENTO	Freguesia	Data: 25/1/1944	
Cancelho: COVILHÃ Anos de idade: 30			
BILHETE DE IDENTIDADE (A indicação deve ser dada mesmo no caso de o bilhete de identidade ter caducado)			
Número de identificação: 518034902		Data: 5/11/73	
MORADA	Rua	Número e andar: 1-3º	
Local: LISBOA		Freguesia de residência: MERCES	
ART. 21.º — NINGUÉM PODE ESTAR INSCRITO MAIS DE UMA VEZ NO RECEISEAMENTO			
NOME DO ELEITOR		Recenseado em: 79 o verbete de recenseamento de cidadãos eleitor após indicado.	
FREGUESIA	CONCELHO	PELA COMISSÃO DE RECEISEAMENTO	

eleições, verdadeiras, é necessário um recenseamento bem feito e completo para que elas sejam a expressão da vontade da maioria do povo e não do

eleição próxima de uma Assembleia Constituinte é um acontecimento de importância relevante no processo de democratização em curso;

maior importância para a vida de todos nós. Porque votar na actual situação, mais que um direito é um dever de todos os trabalhadores conscientes.

ENGENHEIROS — NÃO AO DESEMPREGO

Continuação de pag. 5

rência, apontavam-se as seguintes medidas de ordem geral: «emprego por meio de legislação conveniente, criação de quadros técnicos desvinculadamente integrados, melhor aproveitamento da mão-de-obra nacional especializada.

ligão dos circuitos burocráticos no que diz respeito às licenças e concursos), combate do desemprego por meio de legislação conveniente, criação de quadros técnicos desvinculadamente integrados, melhor aproveitamento da mão-de-obra nacional especializada.

MARINHA COMBATENTE

Continuação de pag. 5

sindical. Prezoniza ainda a criação de um fundo de greve, bem como um fundo de desemprego proposto que «tendo por base a vontade dos trabalhadores promover uma fusão real dos actuais sectores, tendo sempre em atenção que esta deve partir das assembleias sectoriais e não das assembleias magnas».

quando há sindicalizados de empregados», mencionando ainda apresentar um projecto de novos Estatutos do Sindicato até 30 de Abril de 75. Quanto à adesão à Intersindical entendem que «os representantes deste sindicato junto de todos os organismos de cúpula (intersindical e outros) deverão ser eleitos nas assembleias de base (de sector) no âmbito de um representante «por cada sector», afirmando finalmente a sua disposição de «não permitir de futuro tomada de posição partidária ou de cúpula sem atender à vontade real dos trabalhadores.»



ENTREVISTA

De FIGUEIREDO FILIPE
Foto de RUI FACHECO

PRIORIDADE AOS TRANSPORTES COLECTIVOS



UMA política errada de ocupação do solo urbano, permitindo (senão fomentando) a especulação desenfreada com as rendas de casa, sem ter em conta a capacidade financeira da grande maioria da população, expulsou os trabalhadores das cidades para a periferia, para «cidades satélites» quantas vezes desprovidas das mais elementares infra-estruturas. O fenómeno fez-se sentir em Lisboa e no Porto, mas é comum a todos os grandes centros urbanos do mundo capitalista. É um fenómeno típico das sociedades que vivem da exploração dos trabalhadores mas que ignora os seus justos interesses.

Mas a cidade, para «viver», necessita desses mesmos trabalhadores. Eles têm de se deslocar diariamente dos «edifícios» para a cidade, para os seus locais de trabalho. São tempos mortos a juntar ao seu labor diário. É tempo de lazer roubado ao trabalhador.

Em Portugal, o problema foi (e ainda hoje) agravado pela mais que deficiente rede de transportes colectivos urbana e suburbana, existente em termos de consumo, embora não desenvolvida. Tombou-se nos últimos anos do fascismo o uso do transporte individual, símbolo de promoção social mas, na ausência de transportes colectivos em condições, com um utensílio de trabalho para muitos, mas sempre a minoria. A maioria dos trabalhadores, com mais dificuldades, não podia (e não pode) ter carro.

Descurou-se o desenvolvimento dos transportes colectivos, deixou-se «envelhecer» o material circulante. O resultado vê-se: filas e filas de veículos particulares, transportando uma ou duas pessoas, ocupando um espaço vital necessário para um bom escoamento de trânsito, enquanto que nos passeios longas bicichas de trabalhadores aguardam um meio de transporte colectivo que os leve de regresso a casa, após um dia de intensa e árdua luta. Transporte que demora a aparecer e quando surge vem cheio.

É certo que muitos dos veículos individuais circulam (?) porque não há transportes colectivos em condições, e que estes são morosos em consequência dos constantes engarrafamentos. Cai-se assim, num círculo vicioso de que é necessário, e que obrigatoriamente, à criação de uma rede de transportes colectivos em condições, que sirva os trabalhadores; à criação de condições ao tráfego individual em termos de estacionamento na cidade. Em suma: «democratizar o trânsito» como já foi dito por entidades responsáveis, após o 25 de Abril.

Sobre o assunto, que se reveste de tanto interesse para os trabalhadores, «Alavanca» ouviu o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, eng^o Ferreira de Lima. E ele que responde às nossas perguntas.

ALAVANCA: Perante a dicotomia «transportes colectivos» e «transportes particulares», a Secretaria de Estado está decidida a actuar no sentido de priorizar, por exemplo, dar prioridade, dentro da cidade, aos transportes colectivos sobre os particulares?

ENG^o FERREIRA DE LIMA: A decisão só pode ser uma prioridade absoluta nos transportes colectivos. E trata-se de uma decisão fácil pois razões de toda a ordem técnicas,

económicas, sociais... implicam, para além da movimentação de pessoas, nas grandes cidades, vinda cada vez mais a ser garantida por meios de transportes colectivos sobretudo no que se refere às deslocações domicílio-trabalho e acesso ao centro urbano propriamente dito.

Infelizmente, no passado, tal não aconteceu entre nós. De frente-nos agora com situações perfeitamente caóticas e que não é fácil modificar a curto prazo, embora tudo se esteja a fazer nesse sentido, para além de dificuldades financeiras evidentes, não é possível aumentar a capacidade da linha de Sintra ou da Póvoa do Varzim ou construir mais uns quilómetros de metropolitano de um dia para o outro. Nas cidades de Lisboa e Porto compilará sobretudo a Companhia Carris de Ferro e ao Serviço de Transportes Colectivos, garantir serviços de autocarros e «trolley-bus» mais rápidos e de melhor qualidade. Para tanto é claro que será necessário limitar a utilização do automóvel particular, condicionando o estacionamento e reduzindo corredores, nos principais eixos de tráfego, para os transportes colectivos. Espero que, em breve, seja possível começar a aplicar, efectivamente, estas ideias cuja concretização depende, apenas, de estudos que estão a efectuar-se.

Essa prioridade aos transportes colectivos implicará a proibição, mesmo parcial, dos transportes particulares dentro das cidades?

As cidades são de todos e não só de alguns. Não é possível continuar a aceitar que, sendo o espaço urbano tão escasso, um cidadão se aproprie de 25 metros quadrados circundando um estacionamento de uma viatura individual. E pois muito privado que, uma vez organizado um sistema de transportes colectivos eficiente, o acesso ao centro das cidades seja interdito, total ou parcialmente, conforme os casos concretos, ao automóvel particular. E isto é perfeitamente justificável, pois o que é fundamental é garantir, também nos transportes, uma verdadeira igualdade de tratamento de todos os cidadãos.

Em determinada altura falou-se na reabilitação do eléctrico. Esta ideia de voltar ao uso do que é considerado um meio de transporte ultrapassado ainda se mantém, ou nunca chegou a ser admitida?

Com efeito, a chamada «crise» das linhas de Seta Rios e Campo Grande; início da construção do troço Rotunda-Alcântara...

Preconiza o Secretário de Estado dos Transportes

o problema dos transportes de um ponto de vista diferente daquele que era usual e que se resume, muito simplesmente, em declarar que os eléctricos constituem um modo de transporte ultrapassado e condenado a desaparecer. É natural que os eléctricos venham, de qualquer modo, a ter uma menor importância. De facto, é hoje difícil garantir a sua conservação, pois já não se fabricam alguns dos sobressalentes e até é praticamente impossível adquirir carris no mercado. Contudo, em vez de uma condenação total e imediata, a nossa atitude neste momento, é analisar as diferentes carreiras uma a uma e verificar os casos em que, tendo considerado, é mais económico substituir os «amarelos» por autocarros. É capaz de haver uma série de casos em que, por largos anos, continuaremos a utilizar os velhos eléctricos!

Projectos a curto prazo

Relativamente aos transportes suburbanos, tão importantes para a mobilidade dos trabalhadores que, na maioria dos casos, são obrigados a viver longe dos locais de trabalho, quais são os planos existentes?

— Não é fácil resumir os planos em estudo para melhoria dos actuais sistemas de transportes urbanos e suburbanos. Limitar-me-ia a indicar, portanto, as linhas gerais do plano para a região de Lisboa e que, oportunamente, foi apresentado aos Órgãos de Informação.

A curto prazo, ou seja no período 1975-76, pretende-se lançar o seguinte conjunto de empreendimentos e acções:

Metropolitano: aplicação das estações Saldanha, S. Sebastião, Intendente e Restauradores; o que permitirá, a partir de Julho de 1975, o lançamento de um sistema alterado de comboios com duas e com quatro carruagens, significando um aumento da capacidade de transporte de 30 por cento; remodelação da estação da Rotunda, tornando independente as linhas de Seta Rios e Campo Grande; início da construção do troço Rotunda-Alcântara...

Carris: entrada em funcionamento de 200 autocarros que começarão a ser recebidos

em Abril de 1975; abertura de um novo concurso para aquisição de, em princípio, mais 200 autocarros; adopção de medidas, a iniciarem-se, progressivamente, a partir de 1975, tendentes a favorecer os transportes colectivos nos eixos de Benfica, Calçada do Carriche-Marquês de Pombal, no Rio Calvário-Alcântara, zona do Cais-do-Sodré-Praça do Comércio, além de outros; reestruturação da rede de autocarros e criação de carreiras-expresso, com vista a garantir maiores velocidades.

Transportes rodoviários: aumento da frequência dos transportes e melhoria das correspondências, introdução de um esquema tripartido que permita a utilização de vários modos de transportes com o mesmo bilhete.

C.P.: início da remodelação da estação de Santa Apolónia e da construção, em Sacavém, de uma importante estação terminal de mercados que permita racionalizar e melhorar a qualidade do serviço de passageiros e mercadorias na linha do Norte; melhoria da capacidade e qualidade das linhas de Sintra — objectivo prioritário — com a entrada em serviço da nova subestação da Amadora, em Janeiro de 1975, entrada em funcionamento de um maior número de unidades triplas eléctricas e adopção de um novo horário; construção da bifurcação desnívelada Cruz da Pedra-Sete Rios e criação de correspondências; aquisição de mais 18 unidades triplas eléctricas cuja entrada ao serviço está prevista para iniciar-se em Dezembro de 1976; melhoria do túnel do Rossio; construção progressiva das passagens de nível da Cruz da Pedra, S. Domingos, Benfica, Santa Cruz de Benfica e Damásio; remodelação das estações do Rossio, Amadora e Queluz.

Estoril: Supressão progressiva de algumas passagens de nível (D. Carlos, Rosa, Belém, Pedrouços); prolongamento das plataformas das estações de modo a receberem 10 carruagens; aquisição de material circulante. Transportes fluviais: melhoria dos terminais de passageiros do Barreiro, Cacilhas, Praça do Comércio e Cais do Sodré, e implantação de um novo terminal na península do Monte de Paris; servir esta vila piscícola com autocarros com transportes rodoviários;

revisão dos esquemas de ligação entre margens. Junta Autónoma de Estradas: entre outros, devem iniciar-se em 1975 as obras referidas ao nó desnelado de Monsanto, a ligação entre a Burca e Quatro Caminhos e a melhoria das ligações para Loures e Sintra.

Camão Municipal de Lisboa: os planos da C.M.L. visam descongestionar as zonas mais sobrecarregadas da rede rodoviária, melhorar a utilização das avenidas e ruas da cidade de modo a que a população se beneficie de um espaço que hoje, de um modo abusivo, é utilizado para estacionamento e circulação de autocarros ligeiros. As obras previstas, em curso ou a iniciar-se a breve prazo respeitam ao corredor de Benfica, o viaduto do Calhariz de Benfica, à ampliação da Praça de Sete Rios, alargamento das ruas das Furnas e Conde de Almorim no corredor do Lumiar este previstas obras que se encontram a ligação entre a Avenida de Teófilo e a Calçada do Carriche, o que permitirá separar desde logo transportes colectivos e individuais; e ainda a ligação da Avenida Marçal Camões à Praça de Espanha, o prolongamento da Avenida dos Estados Unidos até Chelas, etc. Para além dos investimentos referidos são ainda publicada legislação no sentido de rever o Código da Estrada, nomeadamente no que se refere à disciplina do trânsito e do tráfego automóvel.

Falou o eng^o Ferreira de Lima nas ligações com a Margem Sul, para a sua subestação, há algum plano relativo a uma possível ligação ferroviária?

— O projecto sob o nº 25 de Abril, pode vir, no futuro, a ser adaptado ao projecto ferroviário, pois o projecto prevê a montagem de um tabuleiro superior utilizável para aquela finalidade. Considero, contudo, que esta adaptação não é prioritária e tem até um interesse discutível. Com efeito, o que é fundamental é estabelecer um sistema de transportes rápido, seguro e eficiente entre as duas margens do Tejo. Este objectivo pode atingir-se utilizando uma frota de barcos em condições de igualdade conveniente. E neste sentido que, como primeiro passo para se resolver o problema, está em estudo a criação de consórcio uma empresa de economia mista,

onde o Estado seria largamente maioritário, ou, alternativamente, uma empresa pública, a que será dada a concessão dos transportes fluviais no Tejo. A posição do Estado, em qualquer das soluções referidas, é muito mais garantida do que o interesse colectivo está salvaguardado e que, portanto, não há que temer o perigo da existência de um monopólio de transporte. O que se pretende é constituir uma empresa com dimensão suficiente para resolver a actual situação que todos reconhecemos ser inaceitável, que a limitada capacidade financeira dos actuais autocarros não permite resolver a breve prazo, como se pretendia.

Foi já autorizado um aumento de 25 por cento nas tarifas dos transportes colectivos urbanos, provavelmente a entrar em vigor a partir de Janeiro. Existe algum projecto para os trabalhadores não sejam muito afectados por este aumento tarifário?

A política tarifária que se pretende adoptar, no domínio dos transportes urbanos e suburbanos, não pode deixar de ter em conta os aumentos verificados recentemente: material, combustível, salários, etc. É fundamental garantir que o equilíbrio financeiro das empresas concessionárias de transportes — empresas que, progressivamente, deverão ser nacionalizadas — não se deteriore de um modo muito acentuado, obrigando a praticar uma política sistemática de subsídios do Tesouro.

Mas, por outro lado, é evidente que o objectivo a atingir não poderá ser o equilíbrio financeiro por via tarifária, pois, neste caso, o nível médio das tarifas resultaria de tal modo elevado que não seria compatível com o rendimento mensal de grandes camadas da população, nomeadamente operários, estudantes, reformados, etc. Assim, deverá mostrar-se, naturalmente, a prática de uma política social neste domínio e aceitar-se, portanto, que aqueles utilizadores não sejam beneficiários de subsídios quer pela comunidade, pela via do Tesouro, ou do Município, quer pelos utensílios de maior capacidade financeira, quer ainda pelos utilizadores usuais dos transportes individuais. É neste sentido que se utilização de transporte público, a Carris criará no âmbito do primeiro semestre de 1975 um passapelo com o qual é natural que venham também facilitar-se as correspondências. E não em estudo ainda outras formas de incentivo no transporte público, para o Metro e Serviço de Transportes Colectivos do Porto que respeitem os princípios enunciados, designadamente no que se refere ao tratamento preferencial dos utensílios de meios escassos recursos.

ALAVANCA

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

Director Interino: **JOÃO GONÇALVES**

Chefe de Redacção: **ALVARO PEREIRA DA SILVA**

Administradora: **ANGELINA QUEIROZ**

Publica-se a segunda-feira
preço avulso — 250
1 ano, 11000
6 meses, 6000

Redacção e Administração:
Lisboa 2
Tel. 255489/25567

12 PAGINAS

Distribuição para postos de venda ao publico:

DISTRIBUIDORA «O SECULO»

Composição, impressão e grafia:
«Associação Grafica Lisboa»